

TERMO DE REFERÊNCIA Sistema de Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 23/2016 UASG 158123 (COMPRAS)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Mobiliário Corporativo e Escolar para Atendimento às Demandas da Reitoria, dos Câmpus Avançados de Ubá Cataguases e Bom Sucesso (UASG 158123) e também dos demais Câmpus do IF Sudeste MG, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos:

1.2. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidade participantes estão consignados no **Encarte A** anexo a este Termo de Referência.

1.3. Será permitida uma variação máxima de até 5% (cinco por centos) para mais ou para menos no dimensionamento dos mobiliários.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

2.1. Dando continuidade à política institucional deste Instituto Federal de Educação de compartilhar as responsabilidades de realização de compras conjuntas que possam atender à todas as nossas unidades, a Reitoria do IF Sudeste MG, ficou responsável também pela realização da licitação para compra de mobiliário corporativo e escolar para a Reitoria e todas as demais unidades do IF Sudeste MG.

2.2. Foi autorizado no ano de 2014 a criação dos Câmpus Avançados do IF Sudeste MG nas cidades de Ubá e Cataguases. O Câmpus Cataguases funciona atualmente em um prédio cedido pelo governo do estado onde ocupa um pavimento de um edifício com um total de 3 pavimentos. Pelo processo de seção do edifício ainda no ano de 2017 a administração deverá assumir o restante do prédio e cuidar para ocupá-lo e assumir integralmente toda a sua manutenção. Do mesmo modo o Câmpus Avançado de Ubá do IF Sudeste MG divide um espaço com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e com a Prefeitura Municipal de Ubá. De acordo com a concessão de espaço concedida pela prefeitura Municipal, a utilização do imóvel objeto de concessão será compartilhada nos primeiros 2 anos de uso e exclusiva do Instituto Federal de Educação a partir do terceiro ano de sua vigência. Por esta razão, será necessária a aquisição de mobiliário corporativo para a ocupação destes espaços com vistas à ampliação da oferta de cursos nestas unidades. Para estas unidades não há um histórico de aquisições anteriores para balizamento dos quantitativos.

2.3. Os quantitativos estimados para a Reitoria têm como base a previsão de incremento de novos servidores a serem lotados nos próximos meses e também a necessidade de incremento de armários, estantes, mesas e afins, identificados após a mudança para a nova sede e os arranjos e ajustes que foram realizados neste primeiro ano de ocupação de seu novo edifício sede.

2.4. A opção por não fixar cotas reservadas para micro empresas e empresas de pequeno porte se deve pelo fato de que pela natureza da contratação, envolvendo vários Câmpus de diversas cidades de atuação da entidade, o parcelamento não traria qualquer benefício à administração, apenas aumentaria a burocracia com a prática de inúmeros atos administrativos, ademais o sistema de divulgação de compras governamentais ainda não está preparado para realizar tal divisão, obrigando assim a administração a dividir todos os itens da licitação. Tal divisão resultaria ainda em um certame com quantidade de itens demasiadamente grande de forma desnecessária e afetaria o principal motivo que levou ao agrupamento dos itens em lotes, que é a padronização dos itens adquiridos.

2.5. É relevante destacar que o tratamento diferenciado e simplificado somente poderá ser concedido caso seja vantajoso para a administração pública e não represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme determina o art. 49 da Lei Complementar 123/2006. Como vemos no caso concreto, não existe qualquer vantagem, para a administração, na divisão do objeto, para atender aos interesses das micro e pequenas empresas.

Do agrupamento dos itens

2.6. O agrupamento de itens tem como objetivo garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si. Outra vantagem do agrupamento para a administração é que a necessidade de lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos. Com base no **Acórdão 861/2013-Plenário, TC006. 719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013**, “o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”.

2.7. O agrupamento dos itens em lotes tem vantagens sobre a aquisição de bens por itens, isso porque atende simultaneamente aos princípios da eficiência e da economicidade. Outra vantagem buscada pela administração é a padronização. No caso específico de mobiliário, tem-se que o mercado é disputado por inúmeras empresas que, mesmo obedecendo a normas técnicas e especificações derivadas da ABNT, imprimem aos seus produtos características absolutamente diversas no que se refere tanto à estética quanto a acabamento, ergonomia e demais aspectos. Isso implica dizer que, se dentro de um determinado conjunto de itens houver, por exemplo, 10 itens que vierem a ser vencidos por licitantes diferentes, ter-se-ia, ao final, no ambiente do trabalho uma mescla de móveis que impactarão diretamente na questão da padronização do mobiliário e na estética dos ambientes. Todavia, a questão da estética do ambiente de trabalho é somente a primeira e a mais simples das adversidades.

2.8. A multiplicidade de móveis provenientes de diferentes fornecedores impacta também a possibilidade de remanejamento dos mesmos entre os setores diversos do ambiente administrativo, tornando quase impossível, por exemplo, em alguns casos, a convivência de tais tipos de móveis em um mesmo ambiente de trabalho.

2.9. Ademais, cada um dos fornecedores de itens da licitação é responsável pela garantia e pela manutenção, no prazo estipulado, dos materiais que vier a fornecer para a administração pública.

2.10. Outra vantagem para a administração se depreende de não ter que manter contato com diversos fornecedores diferentes para a solução de problemas simples, como a troca de uma fechadura, por exemplo. Essa situação, atenta frontalmente contra o princípio da eficiência, disposto no art. 37 da Constituição, quando não constitui uma hipótese de retrabalho permanente, desviando a atenção do gestor público de seus reais propósitos.

2.11. Outro aspecto a ser analisado está atrelado ao princípio da economicidade, em diversos aspectos. O primeiro deles está atrelado ao fato de que o competidor pelo preço global do lote estará propenso, em função maior volume de venda, a conceder maiores descontos por item, de forma a alcançar um valor total menor do que os seus concorrentes. Prosseguindo, esse mesmo competidor, ao formular os custos de formação do preço de venda de sua mercadoria, também, computará, de forma rateada proporcional entre os itens componentes do lote ou dos lotes, os custos com eventuais manutenções, garantias, frete de entrega, custo de montagem e embalagem dos bens, entre outros, o que comumente conhecido como “economia de escala”. Certamente, competindo por um único item ou por um único lote e havendo, por exemplo, cinco itens em cada lote, o competidor tenderá naturalmente a incluir individualmente, tais custos, no preço final de cada item/lote, aumentando consideravelmente o preço dos bens licitados. Portanto, se de um lado, tem-se que a licitação por item amplia a competitividade do certame, tem-se por outro, que, levada a extremos, ela atenta contra os princípios da eficiência e da economicidade, donde deriva a necessidade de que o administrador público pondere, desde logo, sobre a melhor forma de atender os dois princípios citados.

2.12. Pelos levantamentos realizados nas últimas contratações deste tipo agrupadas em lotes, podemos observar ainda que, o agrupamento em lotes não frustra o caráter competitivo do certame, uma vez que sempre participam dezenas de licitantes nos diversos lotes disputados.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Por tratar-se de objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, considera-se que natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. A empresa deverá apresentar catálogo para todos os itens ofertados, através da função disponível no sistema na opção enviar anexo.

Dos preços acima do valor estimado pela Administração

4.2. Apesar de os itens estarem agrupados por categoria, o que leva o sistema a classificar as propostas pelo menor preço por grupo, nenhum dos itens que compõem os referidos grupos a administração não aceitará que nenhuma proposta cujo item seja superior ao valor máximo estipulado pela administração.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO EXIGIDOS PARA O LOTE 01, MÓVEIS DE MADEIRA

Quanto a Sustentabilidade Ambiental

4.3. Para atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, os produtos ofertados para os itens 01 a 47; e de 50 a 52, do lote 01, deverão apresentar Certificado de cadeia e custódia da origem da madeira (FSC ou CERFLOR), conforme norma ABNT NBR 14790:2014, ou laudo de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar. A certificação exigida deverá ser apresentada em nome do fabricante do produto;

4.4. *Deverá ser apresentado Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA, no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras dentro de sua validade, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009, e legislação correlata, em nome dos fabricantes de todos os itens referentes ao lote 01;*

Dos Critérios de Ergonomia dos Produtos Ofertados

4.5. Para os itens de 03 a 09; 16 a 19, deverá ser apresentado obrigatoriamente, juntamente com a proposta técnica:

- Análise ergonômica de conformidade com a norma regulamentadora NR17, Lei Federal nº5195 Artigo 67, emitido por ergonomista ou profissional legalmente habilitado, com as devidas comprovações.
- Certificado de conformidade do produto ABNT com base na NBR 13966:2008 – Móveis para Escritório – Mesas Retas. Esta Norma especifica as dimensões de mesas de escritório de uso geral, inclusive mesas de reuniões, os requisitos mecânicos, de segurança e ergonômicos para mesas de escritório, bem como define os métodos de ensaio para o atendimento destes requisitos. Os ensaios aplicam-se a móveis completos e prontos para o uso. Este certificado deverá ser emitido por laboratório ou OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo INMETRO.

4.6. Para os itens de 03 a 05 referentes ao lote 01, deverão ser apresentados certificado de conformidade do produto ABNT com base na NBR 13967:2011 – Móveis para Escritório – Estação de Trabalho. Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais, e classifica estação de trabalho para escritório em que se predominam atividades de produção e execução de tarefas, incluindo os requisitos mecânicos de segurança e ergonômicos, bem como define os métodos de ensaio para atendimento destes requisitos. Os ensaios aplicam-se a móveis completos e prontos para uso. Este certificado deverá ser emitido por laboratório ou OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo INMETRO, sujeita à desclassificação.

4.7. Para os itens 23 a 25 e de 27 a 31 referentes ao lote 01, deverá ser apresentado certificado de conformidade do produto ABNT com base na NBR 13961:2010 – Móveis para Escritório – Armários e Gaveteiros. Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais dos armários e gaveteiros para escritório, bem como estabelece os

métodos para a determinação da estabilidade, resistência e durabilidade. Este certificado deverá ser emitido por laboratório ou OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo INMETRO, sujeita à desclassificação.

Durabilidade

4.8. Para os itens de 03 a 19 referentes ao lote 01, visando garantir a qualidade da estrutura metálica de sustentação dos produtos, deverão ser apresentados:

- Laudo Técnico da NBR 8094:1983 - Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina,
- Laudo Técnico da NBR 8095:2015 - Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada,
- Laudo Técnico da NBR 8096:1983 - Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre,
- Laudo Técnico da NBR 10443 - Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas
- E laudo Técnico da NBR 11003 - Determinação da aderência, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, sujeita à desclassificação.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO EXIGIDOS PARA OS ITENS 69 e 71

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO EXIGIDOS PARA O LOTE 02, 03 e 04

Quanto a Sustentabilidade Ambiental

4.9. Certificação FSC (Forest Stewardship Council), ou Certificação do Cerflor (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), ou similar, desde que emitida por entidade ou organismo credenciador (certificador), reconhecido nacional ou internacionalmente, que garanta que os componentes de madeira são oriundos de matéria-prima certificada e/ou controlada.

4.10. *Deverá ser apresentado Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA, no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras dentro de sua validade, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009, e legislação correlata, em nome dos fabricantes de todos os itens referentes ao lote 02, 03 e 04.*

Dos Critérios de Durabilidade e resistência

4.11. Para o item 70, deverá ser apresentado relatório de ensaio conforme Norma ABNT NBR 16031:2012 – Móveis – Assentos Múltiplos.

Dos Critérios Relativos à Ergonomia dos Produtos Ofertados

4.12. Para os itens de 53 a 70 referentes ao lote 02 e de 75 a 77 referentes ao lote 04, deverão ser apresentados, juntamente com a proposta técnica, análise ergonômica de conformidade com a norma regulamentadora NR17, Lei Federal nº5195 Artigo 67, emitido por Ergonomista ou profissional legalmente habilitado legalmente habilitado.

4.13. Deverá ser apresentado ainda, relatório de ensaio conforme Norma ABNT NBR 15878:2010 – Móveis – Poltronas para Auditório, e relatório de ensaio conforme Norma ISO 354-2003 – Determinação da Absorção Sonora em Câmara Reverberante; para o item 68;

Dos materiais empregados na espuma das cadeiras e assentos, lote 02

4.14. Para os itens de 53 a 68, lote 02 serão exigidos os seguintes relatórios, emitido (s) por laboratório (s) acreditado (s) pelo INMETRO:

- Relatório de ensaio comprovando que a espuma flexível de poliuretano é isenta de CFC;
- Relatório de ensaio conforme Norma NBR 8537/2015 - Laudo da densidade em espuma flexível de poliuretano para assentos, densidade 50-60 kg/m³. Laudo com resultado obtido na avaliação;
- Relatório de ensaio conforme Norma NBR 9178/2015 – Laudo de determinação das características de queima em espuma flexível em poliuretano;
- Relatório de ensaio conforme Norma NBR 14961/2007 - Laudo de determinação do teor de cinzas da espuma flexível de poliuretano;
- Relatório de ensaio conforme Norma NBR 8619/15 - Laudo de determinação da resiliência;
- Relatório de ensaio conforme Norma NBR 8094 - Laudo de exposição à névoa salina, de no mínimo 240 horas;

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO EXIGIDOS PARA O LOTE 05

Quanto a Sustentabilidade Ambiental do Lote 05

4.15. *A empresa deverá apresentar Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA, no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras dentro da validade nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009, e legislação correlata, referentes ao lote 05;*

Dos Critérios de Ergonomia do Lote 05

4.16. Para o item 79 referente ao lote 05, deverão ser apresentados Certificado ABNT NBR 14006:2008 – Móveis escolares – Cadeiras e mesas, para conjunto aluno individual, em nome do fabricante do produto cotado, sujeita à desclassificação;

4.17. Para todos os itens referentes ao lote 05, deverá ser apresentado Certificado de comprovação de atendimento à NR-17 emitido por Ergonomista ou profissional legalmente habilitado acompanhado da devida comprovação, sujeita à desclassificação.

Durabilidade do lote 05

4.18. Para todos os itens referentes ao lote 05 a licitante vencedora deverá apresentar:

- Laudo ou RELATÓRIO DE ENSAIO comprovando que os produtos ofertados possuem RESISTÊNCIA À CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO À ATMOSFERA ÚMIDA SATURADA para MATERIAIS METÁLICOS REVESTIDOS e NÃO REVESTIDOS, de acordo com a NBR 8095/1983 substituída pela NBR 8095/2015 (*especifica um método para a execução de ensaios de exposição à atmosfera úmida saturada, com condensação na superfície dos materiais metálicos revestidos e não revestidos*);
- Laudo ou RELATÓRIO DE ENSAIO referente à comprovação de que os materiais possuem RESISTÊNCIA À CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO AO DIÓXIDO DE ENXOFRE para MATERIAIS METÁLICOS REVESTIDOS e NÃO REVESTIDOS, de acordo com a NBR 8096/83 (*prescreve o método (de Kesternich) para a execução de ensaios de exposição ao dióxido de enxofre*);
- Laudo ou RELATÓRIO DE ENSAIO de RESISTÊNCIA À NÉVOA SALINA emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, referente à exposição de

MATERIAL REVESTIDO e NÃO REVISTIDO, estabelecido pela NBR 8094/83 (*prescreve o método para execução de ensaios de exposição à névoa salina, em materiais metálicos revestidos e não revestidos*), com resultados de resistência de pelo menos 240 horas

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO EXIGIDOS PARA O LOTE 06

Quanto a Sustentabilidade Ambiental do Lote 06

4.19. A empresa deverá apresentar Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA, no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras dentro da validade nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009, e legislação correlata, referentes ao lote 06;

Dos Critérios de Ergonomia do Lote 06

4.20. A empresa deverá apresentar Comprovante de Certificação do Conjunto Aluno conforme Portaria 105, de 06/03/2012, emitido por um laboratório acreditado pelo INMETRO, para o item 83 referente ao lote 06, sujeita à desclassificação.

4.21. A empresa deverá apresentar Certificado de comprovação de atendimento à NR-17 emitido por Ergonomista ou profissional legalmente habilitado acompanhado da devida comprovação; para os itens 83 a 85 do lote 06, sujeita à desclassificação.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO EXIGIDOS PARA O LOTE 07

Quanto a Sustentabilidade Ambiental

4.22. Para atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, os produtos ofertados para os itens que compõem o lote 07, deverão ser apresentados Certificado de cadeia e custódia da origem da madeira (FSC ou CERFLOR), conforme norma ABNT NBR 14790:2014, ou laudo de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar. A certificação exigida deverá ser apresentada em nome do fabricante do produto;

Deverá ser apresentado Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA, no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras dentro de sua validade, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009, e legislação correlata, em nome dos fabricantes de todos os itens referentes ao lote 07.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO EXIGIDOS PARA O LOTE 08

Quanto a Ergonomia dos Produtos Ofertados

4.23. A empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar juntamente com a proposta técnica, análise ergonômica de conformidade com a norma regulamentadora NR17, Lei Federal nº 5195 Artigo 67, emitido por ergonomista ou profissional legalmente habilitado acompanhado da devida comprovação, para os itens de 92 a 94, para os itens de 97 a 104, de 106 a 110 e item 112.

Quanto a Durabilidade

4.24. A empresa deverá apresentar Laudo emitido por laboratório de resistência por dureza a lápis com resultado mínimo de 6H conforme ASTM D 3359:2009; Laudo emitido por laboratório de Aderência com resultado mínimo de 5B conforme ASTM D 3359:2009; Laudo emitido por laboratório de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre com resultado mínimo de 10 ciclos conforme NBR 8096:1983 para o

modelo específico cotado, para os itens de 97 a 102 e de 107 a 110, referentes ao lote 08, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.25. A empresa deverá apresentar Laudo ASTM D 3363/2011 atestando que a pintura resiste a riscos provocados por lápis, não destacando ou soltando da superfície onde está aplicada. Laudo ASTM D 2794/2010 atestando que a tinta suporta no mínimo de 0, 20kg.m sem causar trincas. A pintura não apresenta fissuras quando um peso de até 0,20kg.m é deixado cair sobre a peça. Laudo do INMETRO ASTM D 3359/09 com resultado igual ao grau 5ª / em casos avarias acidentais a tinta não destaca da superfície em que está aplicada. Laudo NBR 8094/83, névoa salina avaliação NBR ISO 4628-3: NBR 5841: d0/t0 e ASTM D714: n°10 – isento de bolhas, com duração igual ou superior a 720 horas. Laudo NBR 8095/2015, com duração igual ou superior a 720 horas, os produtos possuem resistência à umidade, resistindo assim por maior tempo em ambientes com alto índice de umidade do ar. Laudo INMETRO NBR 10443/08 e resultado de espessura mínima de 90 micras. Comprovação de que os produtos ofertados possuem camada de tinta mínima de 90 micras e laudo emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, de acordo com a NBR 9209/86, atestando que os produtos possuem revestimento em fosfato, garantindo assim maior durabilidade, para os itens de 97 a 102 de 107 a 110 e itens 112 e 113, referentes ao lote 08, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

5. DA GARANTIA DOS PRODUTOS OFERTADOS

5.1. Para os itens que compõem os lotes 01, 05, 06 e 08, será exigido, Termo de Garantia de no mínimo 3 (três) anos, contra defeitos de fabricação, emitido pelo fabricante dos produtos. (Em original ou cópia autenticada em cartório).

- Caso a empresa licitante não seja a fabricante do produto especificado em sua proposta de preços para o presente Termo de Referência, a mesma deverá apresentar as Certificações exigidas em nome da empresa fabricante, acompanhadas de Declaração do fabricante reconhecendo a empresa licitante como sua revendedora e agente de assistência técnica para o pregão específico (em original ou cópia autenticada),

5.2. Para todos os itens que compõem os lotes 02 e 04, será exigido, Termo de Garantia de 6 (seis) anos contra defeitos de fabricação do produto ofertado, emitido pelo fabricante (Em original ou cópia autenticada em cartório).

- Caso a empresa licitante não seja a fabricante do produto especificado em sua proposta de preços para o presente Termo de Referência, a mesma deverá apresentar as Certificações exigidas em nome da empresa fabricante, acompanhadas de Declaração do fabricante reconhecendo a empresa licitante como sua revendedora e agente de assistência técnica para o pregão específico (em original ou cópia autenticada),

6. DA ENTREGA DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única nos seguintes endereços:

- Reitoria do Instituto Federal, R. Luz Interior, 360 – Bairro Santa Luzia (Estrela Sul), CEP 36030-776, Juiz de Fora/MG;

- Câmpus Avançado do IF Sudeste MG na cidade de Bom Sucesso/MG, Rua da Independência, nº 30, bairro Aparecida, CEP 37.220-000, Bom Sucesso/MG.
- Câmpus Avançado do IF Sudeste MG na cidade de Cataguases/MG, Chácara Granjaria, s/n, bairro Granjaria, CEP 36.773-002, Cataguases/MG.
- Câmpus Avançado do IF Sudeste MG na cidade de Ubá/MG, Avenida Olegário Maciel, nº 1427, bairro Industrial, CEP 36.500-000, Ubá/MG.

6.2. Também deverão ser entregues os materiais nos seguintes endereços dos participantes da Intenção de Registro de Preços:

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Rio Pomba, UASG 158412, CNPJ 10.723.648/0002-20. Localizado à Avenida Dr. José Sebastião da Paixão, s/n, bairro Lindo Vale em Rio Pomba-MG, CEP 36.180-000, Caixa Postal 45;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Barbacena, UASG 158413, CNPJ 10.723.648/0005-73. Localizado à Rua Monsenhor José Augusto, nº 204, bairro São José em Barbacena/MG, CEP 36.205-018;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Juiz de Fora, UASG 158414, CNPJ 10.723.648/0004-92. Localizado à Rua Bernardo Mascarenhas, 1283, bairro Fábrica em Juiz de Fora/MG, CEP 36.080-001;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Muriaé, UASG 158415, CNPJ 10.723.648/0003-01. Localizado à Avenida Monteiro de Castro, 550, bairro Fábrica em Muriaé/MG, CEP 36.880-000;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus São João Del Rei, UASG 154762, CNPJ 10.723.648/0007-35. Localizado à Rua Américo Davim Filho s/n, bairro Vila São Paulo em São João Del Rei/MG, CEP 36.301-358;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Santos Dumont, UASG 154763, CNPJ 10.723.648/0006-54. Localizado à Rua Técnico Panamá, 45, bairro Quarto Depósito em Santos Dumont/MG, CEP 36.240-000;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Manhuaçu, UASG 155591, CNPJ 10.723.648/0008-16. Localizado à Rodovia BR 116, km 589,8, distrito de Realeza em Manhuaçu/MG, CEP 36.905-000, Caixa Postal 413;
- *Colégio Militar de Juiz de Fora, UASG 160110, localizado na Avenida Juscelino Kubistchek, 522, bairro Nova Era em Juiz de Fora/MG, CEP 36.087-000;*
- *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, UASG 135015, localizada na Rua Eugênio Nascimento, 610, bairro Dom Bosco em Juiz de Fora/MG, CEP 36.038-330.*

6.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior

verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

8.1..1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato e do período de garantia;
- Termo de Garantia de no mínimo 3 (três) anos, contra defeitos de fabricação, emitido pelo fabricante para os itens dos lotes 01, 02 e 07. (Em original ou cópia autenticada em cartório). Termo de Garantia de 6 (seis) anos contra defeitos de fabricação na estrutura metálica, emitido pelo fabricante para os itens do lote 03. (Em original ou cópia autenticada em cartório).

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;
- Não mantiver a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Juiz de Fora/MG, dezembro de 2016

Diretoria de Administração - Reitoria